



“Vozes-mulheres que circulam”: um relato de experiência de escuta do luto silenciado e da potência coletiva de mulheres negras

SHIRLEY GONÇALVES AMARAL DOS SANTOS
SILIER ANDRADE CARDOSO BORGES

“Voices-women that circle”: an experience
report of listening to the mourning silenced and
collective power of black women

“Vozes-mulheres que circulam”: um relato de experiência de escuta do luto silenciado e da potência coletiva de mulheres negras

“Voices-women that circle”: an
experience report of listening to the
mourning silenced and collective
power of black women

PALAVRAS-CHAVE
SAÚDE DA POPULAÇÃO
NEGRA.
LUTO.
VULNERABILIDADE
SOCIAL.
SAÚDE MENTAL.
EXTENSÃO UNIVERSI-
TÁRIA.

KEYWORDS
BLACK PEOPLE.
GRIEF.
SOCIAL VULNERABIL-
ITY.
MENTAL HEALTH.
UNIVERSITY EXTEN-
SION.

RESUMO Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência discente em um projeto de extensão dedicado à escuta mútua de mulheres negras em sofrimento em razão do assassinato de seus filhos, refletindo sobre os efeitos dos sistemas de opressão na produção de subjetividades dessas mulheres. Trata-se de um relato de experiência da atuação da autora no projeto “Escutatórias”, com registros produzidos por meio de diários de campo. Os relatos evidenciaram uma dor coletiva atravessada pela política de morte de jovens negros, pelo luto silenciado e pela sobrecarga imposta às mulheres negras enquanto cuidadoras. Essas vivências expressam um sofrimento político-subjetivo que subjaz o projeto histórico de desumanização das existências não somente pelo genocídio de jovens negros e atuação seletiva das instituições, mas sobretudo pela produção de apatia, perda da vontade de viver e morte simbólica que resulta da produção social do banzo contemporâneo. Todavia, a experiência evidenciou a potência das mulheres negras enquanto protagonistas na construção coletiva de cuidado. As rodas atuaram como um espaço no qual suas vozes desacreditadas puderam emergir com força e legitimidade, atuando na reparação simbólica diante das perdas.

ABSTRACT This article aims to share the student experience of an outreach project dedicated to listening to black women in their suffering following the murder of their children, reflecting on the effects of systems of oppression on the production of these women’s subjectivity. This is an experience report based on the author’s work in the “Escutatórias” project, with records produced through field diaries. The accounts revealed a collective pain permeated by the policy of death of young black men, by silenced mourning, and by the burden imposed on black women as caregivers. These experiences express a suffering that reflects the dehumanization of existences caused by the genocide of young black men and the production of apathy, loss of the will to live, and symbolic death resulting from the social production of contemporary banzo. However, the experience highlighted the power of black women as protagonists in the collective construction of care. The meetings indicated a space in which their discredited voices could emerge with strength and legitimacy, acting in symbolic reparation in the face of loss.

SHIRLEY GONÇALVES AMARAL DOS SANTOS

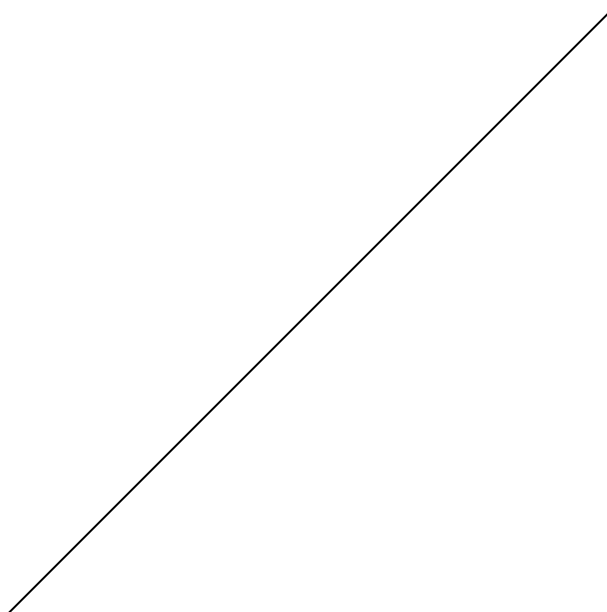
Bacharela em Saúde e Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: shirleyamarall@hotmail.com

SILIER ANDRADE CARDOSO BORGES

Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: silier@ufrb.edu.br



INTRODUÇÃO Este trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência discente em um projeto de extensão dedicado à escuta mútua de mulheres negras em sofrimento em razão do assassinato de seus filhos, refletindo sobre os efeitos dos sistemas de opressão na produção de subjetividades dessas mulheres.

A partir da escuta, emergiu a percepção de que os relatos partilhados nas rodas de Terapia Comunitária Integrativa (TCI) são singulares e coletivos, porque ressoam nas trajetórias de muitas mulheres que co-construíram os encontros do projeto Escutatórias. Como no poema de Conceição Evaristo (2017), são vozes-mulheres marcadas por dimensões afetivas e sociais que evidenciam as marcas políticas e subjetivas do extermínio da juventude negra.

Entendemos que o sofrimento vivido por essas mulheres reflete uma violência socialmente produzida. Reconhecer esse sofrimento implica compreender que um jovem executado pelo racismo afeta todo o tecido social. Essas mulheres, que também são mães, não apenas sofrem com a dor da ausência diante das existências fugidias de seus filhos, mas enfrentam a negação do reconhecimento de sua humanidade diante do processo socialmente diferenciado do morrer entre as experiências negras.

Para Mbembe (2016), o colonialismo e a escravidão foram as

primeiras formas de experimentação biopolítica que inauguraram a relação entre política e terror, lançando pessoas negras a um perpétuo estado de exceção e espetáculo de dor. A hipervigilância e o medo persistente da morte dos filhos não surgem apenas como um trauma circunscrito às biografias, mas como trauma colonial (Kilomba, 2019), dada a natureza de continuidade entre passado e presente na experiência coletiva do racismo cotidiano. Manifesta-se consequentemente ao silenciamento imposto à população negra como uma ferramenta estratégica de fragilização das formas de reação do grupo subalternizado. Em territórios periféricos, onde o direito à vida é sustado ou relativizado, o trauma colonial assume a forma de adoecimento que evidencia a continuidade histórica do projeto de desumanização.

O Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024) revela que, apesar de uma redução geral nas taxas de homicídio da população negra no Brasil entre 2012 e 2019, essa tendência não se distribui de forma equitativa entre os grupos de pessoas negras e não negras. Em todas as regiões do país a taxa de homicídios de negros é superior à de não negros. No Brasil, em 2023, o risco de uma pessoa negra ser vítima de homicídio foi 2,7 vezes maior do que o risco de uma pessoa não negra. A maior diferença foi identificada na região Nordeste, que apresentou taxa de 41,7 homicídios de pessoas negras e taxa de 11,6 homicídios de não negros a cada 100 mil habitantes. No Nordeste, a Bahia (50,8) se destacou como o estado com maior taxa de homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024).

Diante desse cenário de violência institucionalizada que se inscreve em determinados corpos e territórios, é fundamental direcionar o olhar não só aos que sucumbem, mas também às que sobrevivem ao projeto de extermínio: as mulheres negras, frequentemente cuidadoras, elo de coesão comunitária e responsáveis pela subsistência familiar, mas raramente cuidadas. Nomeadas de “fortes” e “agueridas” ao tempo em que têm seus sofrimentos negligenciados, vivenciando no cotidiano do país o entrelaçamento do racismo, classismo e sexismo e empurradas para a base da pirâmide social (Gonzalez, 2020).

Jeane Tavares (2021) discute como a expressão da perda, vivida por pessoas negras no Brasil, é invalidada, socialmente interdita e solitária. Privadas do direito ao luto, as mulheres negras e periféricas enfrentam perdas recorrentes e significativas em suas histórias de vida, pois a banalização dessas perdas reforça um ciclo de violências simbólicas que dificulta a elaboração do luto.

A repressão e o controle da população negra não se dão exclusivamente pelo encarceramento ou extermínio de corpos negros, mas também pelo epistemicídio. Para Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio não se reduz à apropriação e apagamento dos saberes das populações negras, mas mais amplamente, envolve a inferiorização dessas pessoas como sujeitos do conhecimento, desestruturando até mesmo o senso de comunidade dos povos diaspóricos. Nesse contexto, muitas práticas tradicionais de cuidado e de enfrentamento cultural à produção social do banzo contemporâneo foram sendo fragilizadas, proibidas, perseguidas, demonizadas e, finalmente, esquecidas e solapadas pelo eurocentrismo (Borges, 2023).

Dessa forma, a TCI se apresenta como um dispositivo potente

na reconstrução dos laços sociais, acolhimento e mobilização comunitária. Formulada por Adalberto Barreto (2008) na década de 1980, a TCI propõe um espaço de escuta coletiva e compartilhamento de sofrimentos que, ao serem verbalizados e refletidos, frequentemente revelam saídas locais às consequências sociais e subjetivas das desigualdades.

A TCI valoriza a escuta, o saber da experiência e a construção coletiva do cuidado, mobilizando o conhecimento produzido no território e promovendo um encontro dialógico e horizontal. É possível identificar aproximações entre a forma como a TCI é organizada e a lógica da circularidade proposta por Antônio Bispo dos Santos (2015), a medida em que rompe com a racionalidade colonial quando propõe outras formas possíveis de organização do tempo, do cuidado e do saber.

Para Antonio Bispo dos Santos (2015), o conhecimento não é hierárquico ou cumulativo, vivido e partilhado. Sua potência emerge na troca de experiências, sustentada por uma escuta afetiva e pela força dos vínculos comunitários. Assim, ainda que possuam origens distintas, a TCI também se ancora em um saber que circula, reafirmando modos de existência e cuidado que rompem com as estruturas verticalizadas de poder-saber.

Em territórios vulnerabilizados, a atenção psicossocial na atenção primária enfrenta desafios significativos, como a fragmentação dos serviços e os desequilíbrios entre oferta e demanda, comprometendo a universalização e a efetividade do cuidado em saúde mental (Dimenstein; Macedo; Fontenele, 2022). Nesse contexto, o nosso espaço foi particularmente importante para aquelas mulheres, proporcionando um cuidado que inexistia na rede de serviços formais.

METODOLOGIA Este trabalho consiste em um relato de experiência, elaborado a partir da participação da autora no projeto “Escutatórias: ajuda e suporte mútuos em saúde mental e educação popular no território”, desenvolvido entre julho de 2024 e janeiro de 2025, no município de Santo Antônio de Jesus, recôncavo baiano. O projeto foi vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária, com vigência de seis meses (cf. Borges; Gama; Bitencourt et al., 2025).

A metodologia adotada se baseia nas recomendações de Oscar Holliday (2006), que compreende a sistematização como um processo de reflexão crítica sobre o vivido. Nesse sentido, o envolvimento integral de quem experiencia é essencial para dimensionar a complexidade das ações, extrair aprendizagens e produzir conhecimentos que contribuam para a relação teoria-prática.

Como instrumento metodológico, foi utilizado o diário de campo, compreendido como recurso de formação e também de produção de saberes. A escrita deste trabalho partiu da releitura dos próprios diários produzidos ao longo do projeto e pelas reflexões que suscitaram, fundamental para a elaboração das análises que estruturam este relato.

Inicialmente, a equipe com dez extensionistas realizou encontros internos de formação teórica, fundamentais para a construção

do olhar e da prática territorial, seguidos por rodas de TCI com estudantes da UFRB. Essas rodas buscaram não apenas preparar as extensionistas para as ações extensionistas, mas também acolher o sofrimento psíquico vivenciado por elas naquele contexto acadêmico, exercitando a escuta e o acolhimento como práxis coletiva.

Posteriormente, por meio de articulação com a Associação de Moradores, as ações passaram a ser realizadas diretamente no território: um bairro vulnerabilizado por processos históricos de exclusão, racismo estrutural, vazios assistenciais e alta letalidade policial. As participantes das rodas, em sua maioria, foram mulheres negras e pobres, com idades entre 30 e 60 anos.

REFERENCIAL TEÓRICO

➔ “AS VOZES MUDAS CALADAS ENGASGADAS NA GARGANTA” E A LEGITIMAÇÃO DO SOFRIMENTO ENTRE MULHERES NEGRAS

A cada partilha nas nossas “rodas de escuta e ajuda mútua”, desencadeada pelo mote “quem já viveu problema semelhante e o que fez para lidar melhor com essa dificuldade?”, despontavam fragmentos da vivência de mães negras que perderam seus filhos precocemente. A banalização dessas perdas, presentes em todos os relatos ao longo dos encontros, denotavam o sentimento coletivo de injustiça que se impõe aos familiares.

Essa vivência expressa um sofrimento político-subjetivo que subjaz o projeto histórico de desumanização das existências não somente pelo genocídio de jovens negros e atuação seletiva das instituições disciplinares, mas sobretudo pela produção de apatia, perda da vontade de viver e morte simbólica que resulta da produção social do banzo contemporâneo (Borges, 2023; Borges et al., 2025). Partilhadas no espaço da roda, essas experiências revelam como o racismo estrutural e a necropolítica seguem definindo o Estado moderno a partir do direito soberano de matar (Mbembe, 2016), especialmente nas periferias brasileiras, onde a política é exercida como tecnologia de morte, confundindo-se mutuamente.

Nas rodas esse dado deixava de ser meramente estatístico: a perda ganhava nome e rosto. As mães se descobriram também vítimas do extermínio, obrigadas a conviver com a ausência de justiça. Assim, a escuta mútua revelava um campo de afetos entrelaçados por perdas semelhantes e marcas sociais que não cabem no suposto de sofrimento individual.

Os relatos das mães apontaram para uma ruptura profunda em seus modos de existir, indicando que o impacto da perda se prolonga no cotidiano. Ouvimos com frequência que aquele era o primeiro espaço em que muitas delas falavam pela primeira vez sobre dores repressadas por anos ou décadas. O reconhecimento comunitário dessas experiências parecia inaugurar um processo catártico.

O silenciamento da dor se assemelha à máscara de flandres, ferramenta de tortura que, como metáfora, nos aponta para uma compreensão simbólica do silenciamento imposto aos negros como tecnologia colonial (Kilomba, 2019). É pela boca que se exerce o controle da existência e ao mesmo tempo por onde se pode liberá-la. Ao passo que as participantes das rodas foram impedidas de manifestarem

publicamente sua dor, perpetuava-se uma lógica de silenciamento intergeracional que não só fazia sofrer, como bloqueava a construção de pertencimento e reconhecimento da experiência.

Além disso, percebemos como a ausência de perspectiva de futuro deixava o presente em estado de suspensão, paralisando a vida. Trata-se da manifestação da dificuldade de reconstrução do eu que decorre da negação social do luto vivenciado por pessoas negras. Cornel West (2021) define como uma perigosa ameaça a perda de esperança, de sentido e de amor, como fenômeno histórico imposto à população negra. Para West (2021), o niilismo é uma ameaça persistente que destrói subjetividades ao produzir vidas sem propósito, minando a capacidade de resistir às opressões. Assim, o silenciamento do luto e o apagamento das dores dessas mulheres podem ser compreendidos como expressões da desumanização, que nega não apenas o reconhecimento da dor, mas também a possibilidade de se projetar para o futuro ou experienciar o existir no tempo presente, as impedindo que se reconheçam como sujeitos de dores e de alegrias, afeto e dignidade.

Nos chamou a atenção algumas mães que afirmavam não mais se sensibilizar com a morte de outros jovens negros ao se deparar com notícias de jornais. Esses relatos apontam para os efeitos da superexposição continuada à violência como parte da rotina embrutecedora em territórios vulnerabilizados. Tavares (2021) afirma que essa exposição impacta significativamente a saúde mental da população negra, tornando o luto uma experiência suspensa e ilegítima. A dificuldade em nomear esses eventos como resultado de uma política de morte aprofunda o sofrimento, pois quando a experiência não é nomeada, resta espaço para a culpabilização (expressa em discursos como “má criação”) e o medo continuado da perda de outro familiar.

Percebemos ainda nas falas das mulheres os efeitos psíquicos da sobrecarga do cuidado. Foram muitas as narrativas sobre uso prejudicial de álcool, adoecimento físico, exaustão e uso recorrente de medicações psiquiátricas como forma de dar continuidade à responsabilidade ininterrupta do cuidado, que frequentemente recai sobre essas mulheres adoecidas. Histórias que evidenciaram o sofrimento como herança inaugurada na diáspora, quando a função delas foi reduzida ao cuidado, como aliás ocorria com as chamadas “mães pretas”, obrigadas a dirigir os cuidados maternos aos filhos de seus algozes (Gonzalez, 2020).

➔ “RECOLHENDO EM SI A FALA E O ATO”: A ESCUTA SENSÍVEL NO TERRITÓRIO ONDE CRESCI

Cresci no bairro onde o projeto foi desenvolvido, e, embora tenha me mudado aos dezoito anos, minha história continua entrelaçada àquele território: meus pais, familiares e amigos de infância ainda residem ali. Retornar, agora como concluinte de Psicologia, mobilizou afetos antigos sob uma nova lente. A escuta que se aprende na formação transformou esse reencontro em uma experiência potente também para mim. Mais do que visitar um lugar familiar, foi a possibilidade de ouvir as mulheres que sempre estiveram por perto. Estar ali como “escutadora”, aberta a suas histórias, me permitiu acessar camadas do território antes invisíveis a mim: memórias

partilhadas, cicatrizes abertas, esperanças e silêncios carregados de sentido. Participar das rodas de TCI, nesse contexto, foi estar diante de narrativas de perdas violentas e de medo, mas também de resistência e solidariedade entre mulheres.

A escuta exigiu presença inteira, abertura para o inesperado e sensibilidade para o que não é dito. Ao ouvir as mulheres do território, fui levada também a olhar para dentro, reconhecer incômodos, entender o quanto as histórias do outro atravessavam a minha e acolher silêncios que ainda não havia nomeado. Iniciei também a minha construção em coletivo: o que se constituiu não foi apenas uma Psicóloga, mas uma “escutadora” mais sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS As vivências compartilhadas nas rodas de TCI do projeto Escutatórias, embora frequentemente silenciadas, ganharam espaço para serem ouvidas, acolhidas e legitimadas. A escuta comunitária fortaleceu os vínculos entre as mulheres, promovendo o reconhecimento coletivo das dores e transformando a palavra em ato político. Essas rodas se mostraram como um importante dispositivo comunitário em territórios vulnerabilizados, oferecendo às mulheres negras e periféricas um espaço seguro onde suas vozes desacreditadas puderam emergir com força e legitimidade.

A experiência evidenciou a fala e a escuta como práticas transformadoras, que atuam na reparação simbólica diante do luto socialmente não reconhecido. A extensão popular se revelou território de inéditos-viáveis que, longe de oferecerem respostas prontas, abriram caminhos para o reconhecimento de mulheres negras e periféricas como sujeitos do conhecimento, vozes-mulheres¹ que circulam em coletivo.

1

Referência ao poema de Conceição Evaristo (2017), presente no livro “Poemas da Recordação e Outros Movimentos”.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Adalberto de Paula. **Terapia Comunitária passo a passo**. 3 ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.
- BORGES, Silier Andrade Cardoso; GAMA, Helena Ayla Monteiro; BITENCOURT, Ingrid da Silva; SANTOS, Shirley Gonçalves Amaral dos; SILVA, Maria Eduarda Bonfim da. "A certidão de óbito veio lavrada desde os negreiros": extensão e educação popular em saúde mental diante da produção social do banzo contemporâneo. **Revista Acadêmica GUETO**, [S. l.], v. 11, n. 21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/gueto/article/view/5398>
- BORGES, Silier Andrade Cardoso. "Eu saí da rua, mas a rua não saiu de mim": narrativas de pessoas em situação de rua em ações coletivas de luta e resistência. 2023. Tese (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39902>
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Org.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo; FONTENELE, Mayara Gomes. Atenção psicossocial nos serviços de atenção primária à saúde: desafios à integração no Brasil. **Mental**, Barbacena, v. 14, n. 25, p. 1-13, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272022000100004&script=sci_abstract
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI/UNB, 2015.
- TAVARES, Jeane Saskya Campos. Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico. In: SANTANA, Jacimara Souza (Org.). **Saúde das populações negras na América e África**. Salvador: EDUNEB, 2021, p. 63-83.
- WEST, Cornel. **Questão de raça**. 2 ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.